

Ano XX nº 5952 – 07 de dezembro de 2018

Alerj derruba veto do governador Pezão e garante feriado na quarta de cinzas a partir de 2019



Os bancários do Estado do Rio conquistaram uma vitória histórica nesta quarta-feira, dia 05 de dezembro. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) derrubou o veto do governador Luiz Fernando Pezão ao Projeto de Lei 3433/2017, que institui a Quarta-Feira de Cinzas como feriado bancário. Agora, a proposta, de autoria dos deputados do PT, Gilberto Palmares e André Ceciliano (presidente da Alerj), segue para sanção do governador em exercício, Francisco Dornelles (PP), que tem 15 dias para decidir sobre o projeto. Como não pode mais ser rejeitado pelo executivo, caso Dornelles decida vetar, a proposta volta para o Legislativo para ser sancionada.

Pezão, que havia rejeitado o Projeto, está preso na Unidade da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em Niterói, acusado de continuar o esquema de corrupção de seu antecessor, Sérgio Cabral).

Temer dá aval à privatização proposta por Guedes

É como diz aquela velha expressão. Tudo farinha do mesmo saco. Entreguista, o presidente Michel Temer disse ser positiva a política de privatizações defendida pelo futuro ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes.

Segundo Temer, as únicas áreas que devem continuar sob a tutela do Estado são segurança, educação e saúde. “Privatização é algo que deu certo no Brasil. Portanto, quanto mais privatizar eu acho melhor”, afirmou.

Vale lembrar que Temer sempre deixou claro que queria privatizar tudo o que pudesse e entregar o patrimônio nacional ao capital estrangeiro. Inclusive, os bancos públicos que, desde 2016, têm sido desmontados.



INSS também está na mira do próximo governo



O governo que iniciará em 2019 quer remanejar órgãos, secretarias e pastas com o intuito de atacar o sistema de governança do país. Agora, começou a circular a notícia de que o INSS poderá passar a ser comandado pelo superministério da Economia. Porém, Paulo Guedes é investigado por supostamente fraudar fundos de pensão.

Caso se concretize, o futuro ministro comandará a área de Previdência desde a elaboração de políticas, como a proposta de reforma, até a gestão da área, com o atendimento ao público.

Atualmente, o Instituto Nacional do Seguro Social é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social. A importância do órgão se deve, principalmente, por ser responsável pela avaliação e concessão de pedidos não só de aposentadoria, mas de outros benefícios previdenciários, como auxílio-doença e pensão por morte.

O INSS também concede o benefício assistencial pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda, o BPC (Benefício de Prestação Continuada). Hoje, quase 35 milhões de beneficiários recebem da autarquia mais de R\$ 40 bilhões por mês.